

“ Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa de prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira assim espera vã.”

Paulo Freire, “Pedagogia da Esperança”

INTRODUÇÃO

O presente estudo de projecto para um Museu Escolar, surge enquadrado pela minha experiência no campo da educação no espaço da instituição escolar, e como “mestranda” em museologia. Na escola Matias Aires, onde lecciono, recorre-se muitas vezes ao património, como vector e suporte da acção educativa e de recurso pedagógico didáctico, para desenvolver, enquadrar e/ou ilustrar temas, projectos, problemas e/ou conteúdos programáticos. Gradualmente temos assistido ao estreitar das relações entre museu e a escola, traduzidas regularmente, através da actividade pontual da visita de estudo, normalmente, monitorizada por profissionais do museu e previamente preparada (ou não) no espaço da sala de aula.

Neste caso e falando ainda da minha experiência pessoal, enquanto professora na Escola Secundária de Matias Aires – Cacém deve referir-se a existência do Casal Saloio do Século XVIII, que tendo estado na eminência de ser demolido aquando da construção da escola, se tornou no nosso ex-libris. Neste edifício, de dois pisos funciona, o Atelier do Azulejo no rés-do-chão, do qual sou coordenadora, e funciona em parceria com o Clube de Ciências e Atelier de Línguas, numa multidisciplinaridade que tem dado os seus frutos. O piso superior destina-se a exposições e outros eventos. É de referir que a Câmara de Sintra, tem dado apoio a estes projectos, os quais fazem parte do Projecto Educativo de escola.

Partindo deste aspecto, centramos a nossa investigação na problemática das relações estabelecidas entre Museu e Educação e focamos as suas discussões em torno do Museu Escolar e na sua relação com a museologia. Exploramos conceitos, reflexões, acções e práticas subjacentes às actividades museais, que poderão ser desenvolvidas na instituição escola, podendo assim contribuir para a educação formal e informal da comunidade educativa.

É nas escolas básicas e secundárias que encontramos um grupo social que se encontra em pleno processo de formação pessoal e social, sendo decisivo, para a formação integral do sujeito, o contacto com a problemática do património cultural na sua multiplicidade de expressões. O museu e a escola podem ajudar-se mutuamente na promoção e na integração social e escolar de todos os indivíduos que compõem a sociedade multicultural, sabendo que é um desafio, a estas instituições, a implementação de políticas sociais e educativas que sirvam as comunidades.

PLANO DE ACÇÃO

O museu é um espaço de memória e identidade na medida a acções que desenvolve visam preservar e comunicar o património, enquanto «testemunho» da relação entre seres humanos e a realidade.

Segundo os princípios da Nova Museologia, a acção museológica, mais que preservar objectos, deve preservar as referências patrimoniais da memória colectiva, quer através da sua musealização quer através da sua patrimonialização. Neste sentido, toda a acção museológica deve ser um meio para construir e reconstruir as relações entre a sociedade e a sua herança patrimonial. Este movimento trouxe consigo a revisão de noções e práticas, nomeadamente a concepção de museu e de património enquanto instrumentos de desenvolvimento comunitário, a tendência para a conservação desse património no contexto de origem e ainda a socialização da acção museológica, promovendo a ideia da participação da comunidade no processo museológico, comunidade aqui entendida enquanto grupo de indivíduos conscientes do seu património comunitário, enquanto o conjunto de bens partilhado pelo grupo cuja preservação é importante para a sua identidade cultural e para a sua memória colectiva.

A relação entre a museologia e a educação constitui um elemento importante para entender o valor pedagógico do museu. Enquanto instituição pública, o museu foi ganhando progressivamente esse valor e a sua actividade educativa foi-se modificando ao longo do tempo, reflectindo as próprias transformações das sociedades, do pensamento científico dos diversos contextos sociopolíticos. Neste sentido, foram surgindo novas abordagens à relação entre o museu e a educação que nos parecem fundamentais analisar para compreender o papel educativo do museu e dos projectos museológicos na actualidade.

Para esta temática, analisamos alguns documentos sobre questões ligadas ao museu e à museologia, mas agora revisto na perspectiva entre museus e educação. Esses documentos provêm de organismos internacionais, cuja missão está relacionada com a preservação, valorização e divulgação dos museus e da museologia, nomeadamente a UNESCO, o ICOM e respectivos comités, bem como documento proveniente da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972) e a declaração de Caracas (1992). Estes documentos serviram para entender a relação entre a museologia, o museu, e a educação e a escola nas diferentes épocas especialmente no que diz respeito à museologia contemporânea e às novas correntes museológicas.

O Museu Escolar permite uma ancoragem na comunidade humana que rodeia a escola, construindo a relação passado-presente-futuro, a partir de referências patrimoniais. Partindo deste pressuposto e fazendo uso do conhecimento adquirido em Museologia, a autora deste projecto, a exemplo do que já tem sido feito no Atelier do Azulejo, do qual é coordenadora, em parceria com o Clube de Ciências e Atelier de línguas, a docente propõe a criação do Museu Escolar da Escola Secundária Matias Aires.

Este poderá integrar o Projecto Educativo de Escola, do seguinte modo:

- contribuir pedagógica e cientificamente para o sucesso escolar;
- integrar em actividades diversificadas;
- manter viva a memória da escola na comunidade presente.
-

Em virtude de a escola possuir um considerável e diversificado acervo que a seguir se descreve:

- peças de pintura, gessos, cerâmica e azulejaria;
- trabalhos escolares (metal, têxteis, madeira);
- modelos/formas;
- colecções zoológicas (animais embalsamados e fixados em meios líquidos, crânios de mamíferos, herbívoros, esqueletos de aves);
- colecções de rochas, minerais e fósseis;
- parte de herbários;
- aparelhos de física e química, material de laboratório;
- livros, mapas e diversos materiais e equipamentos de natureza didáctica;
- documentos da vida escolar desde a fundação da escola.

A descrição das colecções/objectos/documentos que a escola possui permitir-nos-á agrupá-los disciplinarmente, nomeadamente, enquadrando nas Artes, na História, na Biologia, na Geologia, na Geografia, na Física, na Química e outros acervos que pelas suas características se enquadram na área das Ciências da Educação, particularmente, os relativos à pedagogia e aos instrumentos e materiais didácticos.

No contexto do Projecto de Inventário do Património Museológico da Educação, o património escolar, enquanto os objectos utilizados e produzidos no contexto da

escola e no âmbito das práticas de ensino-aprendizagem, será alvo de pesquisa, preservação e comunicação com vista a contribuir para a construção de identidades e valorização de memórias. Esses «vestígios» materiais da cultura escolar funcionam como fontes do historiador e contribuem para a compreensão dos seus contextos de produção e utilização e para a reconstituição das práticas educativas ao longo do tempo, naquilo em que as escolas têm de comum e de diferente.

Para entender que a maior potencialidade dos museus é a sua acção educativa e, a educação verdadeira é aquela que serve à libertação, questionamento e reflexão, é que alguns profissionais da museologia trouxeram, a partir da década 70, para “o mundo dos museus”, o método de Paulo Freire.

Poderíamos dizer que a teoria de Paulo Freire se baseia na colaboração, união pela libertação, síntese cultural, diálogo, criatividade, reflexão crítica e na negação da educação repressora. Sendo assim uma teoria/prática educativa que compreende o indivíduo como ser participativo que busca, em colaboração com outros indivíduos, a emersão da consciência e do saber.

“ Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo ” (FREIRE. 1981:69).

Baseada em Paulo Freire e não só, a acção educativa museológica deve criar situações que levem, os sujeitos envolvidos, à reflexão e ao desenvolvimento. Somente desta forma estará contribuindo para uma educação que seja dialógica e libertadora, onde os indivíduos estejam capacitados a transformarem a sua realidade.

O exercício da cidadania só ocorre quando o indivíduo conhece a realidade na qual está inserido, a memória preservada, os acontecimentos actuais, entendendo as transformações e buscando um novo fazer.

Nesta museologia social, activa e comunitária, a questão da função social é fundamental e os museus procuram, cada vez mais, desempenhar um papel pertinente na comunidade, sendo que o património é utilizado como instrumento para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento da sociedade, onde o processo educativo é fundamental.

CONCLUSÃO

A Museologia e a Educação são áreas, ambas participantes de processos dinâmicos de construção do conhecimento. Os conceitos de que os dois mundos servem são em muitos casos comuns o que estimula o confronto de ambas os práticos e convida à colaboração destas duas áreas do saber.

Para que o Museu possa ser agente de mudança, ele tem que ter em si as condições necessárias à incubação: Os meios técnicos, os recursos humanos, etc. mas a real transformação só é operada quando o Museu está ciente da sua importância e responsabilidade para a comunidade de que faz parte: enquanto instrumento de comunicação por excelência, sendo agente activo de mudança de mentalidades, sendo um instrumento educativo, intervindo na comunidade, envolvendo-se nos problemas que a afectam e procurando contribuir para a sua resolução, sendo um espaço sem exclusões, aberto à sociedade, ao conhecimento e à cultura, à descoberta do prazer, à reflexão, à contemplação, à participação, à compreensão e à inquietação.

Assim, podemos dizer que a museologia tomando como base o Património Cultural – que é fruto do fazer e saber fazer do homem e, continuando a desenvolver as funções básicas de colecta, documentação, conservação, exposição e acção cultural, todas elas direccionadas ao fazer educativo – cultural na tentativa de despertar a consciência crítica do indivíduo, leva-o assim a reapropriação da memória colectiva e ao direito do exercício da sua cidadania.

Enfim, por tudo isto, podemos afirmar que identidade e memória, enquanto entidades museológicas reforçam-se mutuamente, porque sabemos de onde vimos, conhecemos as nossas raízes, distinguimos o que nos une e o que nos separa e assim estamos aptos a entender a relação entre cultura e memória, que é expressa na atitude cultural, isto é, no lembrar, recordar, no assumir a importância em aprender com a experiência e com o que nos rodeia.

Amália Madeira Martins

REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORDALO, Ana (2006) “*UM Olhar Jurídico sobre o Património Cultural*” – dissertação de Mestrado em Museologia , Lisboa – ULHT.
- BRUNO, Cristina (1996) *Museologia e Comunicação* – Cadernos de Sociomuseologia nº 9, Lisboa – ULHT
- CHAGAS, Mário (2000). *Memória e Poder: dois movimentos*. Cadernos de Sociomuseologia, nº 19, Lisboa – ULHT
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso (1999b). *Introducción a la nueva museologia* – Madrid : Alianza Editorial.
- LIRA, Sérgio (2000). “*Identidade territorial portuguesa sob o nacionalismo do estado Novo*”. Jornadas de Cultura Saloia – Loures – Dezembro de 2000.
- MOUTINHO, Mário Canova (1993), *Museologia Social*, Cadernos de Sociomuseologia nº1 – ULHT
- MERCEDES, Ana (2008) – Textos de Apoio - *A Museologia e os Sistemas da Qualidade como Apoio à Gestão*.
- NUNES, Paulo Simões (2001) – *História de Arte* – Lisboa Editora.
- PESSOA, Fernando Santos, (2001) – *Reflexões sobre Ecomuseologia* – Porto: Edições Afrontamento.
- PRIMO, Judite (1999) *Pensar contemporaneamente a Museologia* – Cadernos de Sociomuseologia nº16, Lisboa – ULHT
- RIVIÈRE, Geoges Henri, (1989). – *La museologie selon, Cours de Museologie/Textes et Témoignages*, Paris, Dunod-Bordas.
- SANTOS, Maria Célia (1994) *A Preservação da memória Enquanto Instrumento de Cidadania* – Cadernos de Sociomuseologia nº 3, Lisboa – ULHT
- SANTOS, Maria Célia (1996). “*Processo Museológico e Educação: Construindo um museu didático e comunitário.*” Cadernos de Sociomuseologia nº 7, Lisboa – ULHT
- SANTOS, Maria Célia (2002) . “*Reflexões sobre a Nova Museologia*” – Cadernos de Sociomuseologia nº 18, Lisboa – ULHT.
- SANTOS, Maria Célia (2001). *Museu e Educação*. – Textos de Apoio fornecidos pela autora no seminário de Mestrado/Doutoramento em Museologia, 23/11/2007

LEGISLAÇÃO NACIONAL :

Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural – Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro.

Lei Quadro dos Museus Portugueses – Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto

Lei de Bases da política do Ordenamento do Território e do Urbanismo – Lei nº 48/98, de 11 de Agosto.

Lei de Bases do Ambiente – Lei nº 11/87, de 7 de Abril.

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL:

Convenção Cultural Europeia do Conselho da Europa, Paris, 1954

Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural da UNESCO, Paris, 1972

Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada, 1985

Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, La Valetta, Janeiro, 1992

Convenção do UNIDROIT sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, Roma, 1995

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, UNESCO, artº 2º, nº 1, Paris 17 de Outubro de 2003.

Direito Comunitário:

Regulamento (CEE) Nº 3911/92, do Conselho, de 9 de Dezembro, relativo à exportação de bens culturais

Directiva 93/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Junho, sobre restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro.

Resolução do Conselho de 12 de Fevereiro de 2001, relativa à qualidade arquitectónica no meio urbano e rural.